



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Histórico e
Cultural, do Meio Ambiente Urbano e de Assuntos Fundiários.

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.urbe@mpmt.mp.br

CAO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL, MEIO AMBIENTE URBANO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS



ORLA DO RIO CUIABÁ-MT

SUMÁRIO

Novidades Legislativas.....	03
Notícias.....	04
Jurisprudências.....	05
MPMT em Ação.....	06
Notícias do CNMP e Outros Ministérios Públicos.....	10
Artigos.....	11



EQUIPE DO CAO URBE

Carlos Eduardo Silva – Promotor de Justiça – Coordenador

Marcio Florestan Berestinas – Promotor de Justiça – Coordenador-Adjunto

Marina Paula Signor Bernardes – Auxiliar Ministerial

NOVIDADES LEGISLATIVAS

FEDERAL

- Lei nº 14.980 DE 18/09/2024 - Institui o projeto Adote um Museu e o Dia Nacional do Museu, para incentivar ações de preservação e de valorização da memória histórica, artística e cultural.
- Lei nº 15.012, DE 04/11/2024 - Altera a Lei Nº 11445/2007, para conferir publicidade a documentos referentes à regulação e à fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, e para instituir como direito da população o acesso a relatórios periódicos sobre o nível dos reservatórios de água para abastecimento público e a outros dados relativos à segurança hídrica.
- Decreto nº 12.189, DE 20/09/2024 - Altera o Decreto nº 6.514/2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo Federal para apuração destas infrações.



NOTÍCIAS

- Governança do lixo: Norte e Nordeste apresentam piores índices
- Comissão aprova projeto que autoriza uso de fundo ambiental para limpeza urbana e gestão do lixo
- Comissão aprova retomada de obras paralisadas na área de saneamento básico
- Goiás já tem 46% dos municípios com sistema de coleta seletiva implantado
- BNDES e Caixa firmam parceria de R\$ 12 bi para saneamento e mobilidade
- Nova norma de saneamento estabelece indicadores para qualidade e eficiência
- Brasil já recicla 97% das embalagens de defensivos agrícolas
- Retomada de julgamento pelo STF traz novas perspectivas para gestão de resíduos sólidos no país
- Resolução da ANA é avanço importante para o saneamento básico
- Inventário Município Carbono Zero aponta arrecadação potencial de 340 milhões de dólares
- Pesquisa propõe indicadores para sistemas de logística reversa de eletroeletrônicos no Brasil
- A Importância da Reciclagem de Baterias de Chumbo Ácido
- PPPs transformam comunidades sem tratamento de esgoto
- Projeto prorroga em cinco anos o prazo para fim dos lixões nas cidades com até 50 mil habitantes



JURISPRUDÊNCIA

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- TRF4: Município de Laguna deverá ressarcir Iphan de gastos com reforma da antiga estação ferroviária

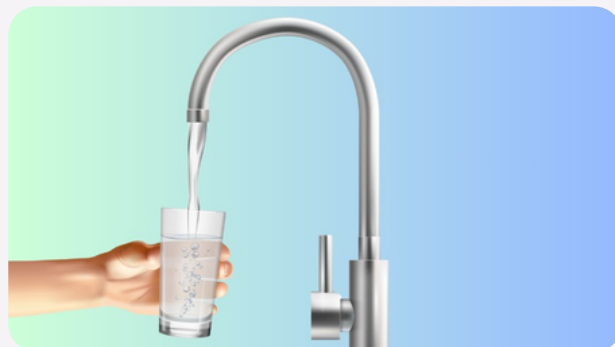
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

- RECURSO INOMINADO – FAZENDA PÚBLICA – MUNICÍPIO DE ALTO ARAGUAIA – LOTEAMENTO VISTA DO ARAGUAIA - LOTEAMENTO DEVE SER CONSTITUÍDO NA FORMA DA LEI Nº 6.766/1979 E DA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237/1997 – DOAÇÃO PÚBLICA DE LOTEAMENTO É CONDICIONADA AO CUMPRIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS LEGAIS – AUSÊNCIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – ATO ANULÁVEL – PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA - SÚMULA Nº 473 DO STF – AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO - PLEITO INICIAL IMPROCEDENTE – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).
- DIREITO URBANÍSTICO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER. PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO. LOTEAMENTO CLANDESTINO EM ÁREA RURAL. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. DEMOLIÇÃO DE EDIFICAÇÕES IRREGULARES. RECURSO DESPROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#)
- DIREITO ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SANEAMENTO BÁSICO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO ELABORADO APÓS O DEFERIMENTO DE TUTELA ANTECIPADA. AUSÊNCIA DE PERDA DO OBJETO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OFENSA AO ÔNUS DA DIALETICIDADE. CAPÍTULO RECURSAL NÃO CONHECIDO. RECURSO NÃO PROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).
- DIREITO AMBIENTAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL. DESCARTE INADEQUADO DE RESÍDUOS HOSPITALARES EM ATERRO SANITÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO MUNICÍPIO PELA OMISSÃO NO DEVER DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA EMPRESA CONTRATADA PARA COLETA E DESTINAÇÃO FINAL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO DESPROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

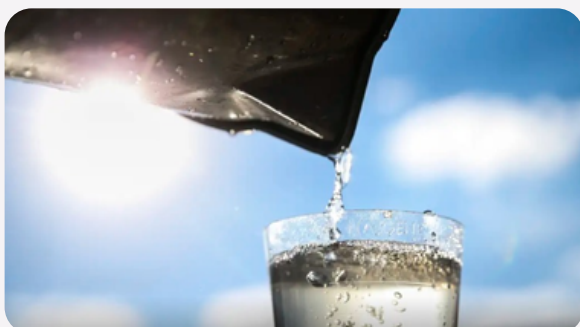
MPMT RECOMENDA QUE MUNICÍPIO COBRE PELO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A Promotoria de Justiça de Cotriguaçu (a 950km de Cuiabá) recomendou ao Município que promova a cobrança do serviço público de abastecimento de água, especialmente das residências abastecidas com água potável pela Estação de Tratamento de Água (ETA) municipal e distrital, no prazo de 60 dias.



[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPMT: METAS SÃO ESTABELECIDAS PARA ASSEGURAR FORNECIMENTO DE ÁGUA



Para solucionar, de modo efetivo, o impasse da distribuição de água e saneamento básico no Município de Ribeirão Cascalheira (a 900 km de Cuiabá), foram estabelecidas metas à gestão municipal e às empresas Araguaia Gestão em Saneamento Ltda e L R Gerenciadora em Saneamento e Soluções Tecnológicas Ltda.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPMT COBRA FISCALIZAÇÃO PARA EVITAR ATERRAMENTO E LIMPEZA IRREGULAR EM VG

Com o objetivo de atender ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece agosto de 2024 como o prazo para encerramento de todos os lixões e aterros controlados do país, bem como de encerrar uma demanda que se arrasta há 15 anos, a Promotoria de Justiça de Brasnorte (a 579km de Cuiabá) celebrou judicialmente Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município, homologado na segunda-feira (10).



[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

COLETA SELETIVA: PODER PÚBLICO E CATADORES COMEMORAM INÍCIO DA ETAPA DE CAPACITAÇÃO

Em uma reunião articulada pela 29ª Promotoria de Justiça Cível de Defesa do Meio Ambiente Urbano de Cuiabá, na tarde de quarta-feira (25), representantes do poder público, integrantes das cooperativas de catadores de materiais recicláveis e egressos do antigo lixão da capital celebraram a assinatura do contrato que resultará na capacitação desses profissionais para a coleta seletiva. Articulada pelo Ministério Público de Mato Grosso por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Município, a capacitação será ofertada pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) em parceria com a empresa Orizon, responsável pelo aterro sanitário da capital.

“A primeira etapa do cronograma do TAC já foi cumprida, com a desativação do lixão de Cuiabá em 2022 e o encaminhamento dos resíduos para o novo aterro, que é privado e está sob a concessão da Orizon. Agora, iniciamos uma nova etapa, de extrema relevância, que é a capacitação dos egressos do lixão e dos catadores das cooperativas em atividade na capital”, contou o promotor de Justiça Carlos Eduardo Silva. Ele disse que inicialmente a capacitação não estava prevista no TAC, que a demanda pela qualificação em coleta seletiva surgiu ao longo do processo e que o acordo precisou ser alterado.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO AMBIENTAL TERÁ 363 AUDIÊNCIAS ATÉ SEXTA-FEIRA

Com o objetivo de promover a autocomposição nas esferas administrativa, cível e criminal em processos ambientais e recuperar áreas degradadas em Mato Grosso, a quinta edição do Mutirão da Conciliação Ambiental está sendo realizada nesta semana, das 8h30 às 17h, no Complexo dos Juizados Especiais de Cuiabá. Estão pautadas para o período de 30 de setembro a 4 de outubro, 363 audiências. A iniciativa é uma parceria do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT), Polícia Judiciária Civil (PJC) e o Tribunal de Justiça (TJMT), por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec).

As audiências são realizadas simultaneamente em oito salas e acompanhadas pessoalmente pelos promotores de Justiça que atuam na defesa do Meio Ambiente na capital Ana Luiza Avila Peterlini de Souza, Carlos Eduardo Silva, Joelson de Campos Maciel e Maria Fernanda Corrêa da Costa, que foi designada pela administração superior do MPMT para coordenar os trabalhos.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

INTERLIGUE JÁ: MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO PREVÊ REALIZAÇÃO DE 270 AUDIÊNCIAS EM CUIABÁ

Com o objetivo de agilizar a interligação das edificações à rede coletora de esgoto em Cuiabá, foi aberto na tarde de segunda-feira (11), no Complexo dos Juizados Especiais Desembargador José Silvério Gomes, o primeiro Mutirão de Conciliação Interligue Já. De acordo com a promotora de Justiça Maria Fernanda Corrêa da Costa, titular da 17ª Promotoria de Justiça Cível de Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística de Cuiabá, a previsão é de que sejam realizadas 270 audiências extrajudiciais até a próxima quinta-feira (14) com proprietários de imóveis localizados nos bairros Bosque da Saúde, Jardim Aclimação, Jardim das Américas e Santa Rosa.

(...) A promotora de Justiça reforçou que realizar a interligação também contribui diretamente para a saúde pública da população, uma vez que a falta de saneamento básico pode causar diversas doenças. O promotor de Justiça Carlos Eduardo Silva, coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) do Patrimônio Histórico e Cultural, do Meio Ambiente Urbano e de Assuntos Fundiários, lembra que a iniciativa atende ao Planejamento Estratégico Institucional do MPMT, que tem como um dos objetivos assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e fomentar o acesso da população ao saneamento adequado. “O saneamento básico e a interligação do esgotamento sanitário são medidas estruturantes para a melhoria da qualidade de vida da população cuiabana”, defendeu.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)



NOTÍCIAS DO CNMP E OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

CNMP: NO DIA 13 DE DEZEMBRO, PROGRAMA DIÁLOGOS AMBIENTAIS APRESENTA INICIATIVAS PROTETORAS DA VIDA: TEMPO DE CUIDAR, PROTEÇÃO ANIMAL E REGULAÇÃO FUNDIÁRIA

No dia 13 de dezembro, sexta-feira, às 16 horas, será realizada a sexta e última edição de 2024 do programa Diálogos Ambientais. Na ocasião, o tema abordado será “Iniciativas protetoras da vida: tempo de cuidar, proteção animal e regulação fundiária”. O evento acontecerá na sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília, com transmissão, ao vivo, pelo [YouTube](#).

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPRS FIRMA TAC PARA RESTAURO DO THEATRO AVENIDA EM PELOTAS

O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) em Pelotas firmou termo de ajustamento de conduta (TAC) para a restauração do prédio do antigo Theatro Avenida, localizado no Centro da cidade e tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural do Município.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPSC: RÉU QUE SUBDIVIDIU LOTE PARA VENDER TERRENOS SEM AUTORIZAÇÃO DO MUNICÍPIO É CONDENADO EM PORTO BELO

Ele foi denunciado pelo Ministério Público de Santa Catarina por promover o parcelamento do solo sem autorização do órgão público competente. A elaboração de loteamentos tem que ser submetida ao Município.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

MPF OBTÉM LIMINAR QUE OBRIGA EMPRESA A TRATAR RESÍDUOS LANÇADOS NO RIO ARAGUAIA (MT)

O Ministério Público Federal (MPF) obteve na Justiça Federal de Mato Grosso uma decisão que determinou que a empresa Águas de Barra do Garças deve adequar sua atuação em relação ao tratamento dos resíduos, dentro dos parâmetros estabelecidos em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). A empresa, que é concessionária de serviços públicos de abastecimento de água tratada e de esgoto sanitário no município de Barra do Garças (MT) foi apontada na ação como responsável pela piora da qualidade da água do Rio Araguaia, colocando em risco de contaminação os usuários das praias localizadas nas margens do rio, bem como os produtos da pesca na região.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

ARTIGOS



- Repensando o MCMV: estratégias para um urbanismo de qualidade
- O valor da arborização urbana
- Densidade e verticalização na reconstrução de favelas
- Explicando a pedestrianização e seus benefícios
- Chegou a hora de fazer o mínimo



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Igreja do Rosário e São Benedito - Cuiabá/MT

